

ESMESC

**PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL 036 /2022 -TJSC

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

TIPO 2

BOA PROVA!

Florianópolis, 2023.

ESMESC

PROVA SELETIVA OBJETIVA – 1ª ETAPA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o Poder Constituinte é CORRETO afirmar que:

- a) O poder constituinte originário nasce em momentos de ruptura e fica condicionado ao modelo de atuação previsto na Constituição.
- b) A Constituição Federal de 1988 veda expressamente emendas constitucionais de iniciativa popular.
- c) As limitações materiais explícitas ao poder constituinte derivado, previstas na Constituição Federal, determinam um rol expresso de matérias que condicionam a elaboração de emendas constitucionais, criando um núcleo que só pode ser suprimido em situações de urgência ou por ratificação de todos os Estados-membros da federação brasileira.
- d) **As Clausulas pétreas representam limitações materiais ao exercício do poder constituinte derivado, impedindo que este poder venha a retirá-las do texto constitucional, mas admitem emendas que não venham a suprimir ou diminuir seu núcleo essencial.**
- e) As emendas constitucionais serão consideradas aprovadas se obtiverem 3/5 dos votos de cada casa do Congresso Nacional e sanção do Presidente da República.

2. Acerca do Estatuto dos congressistas assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os congressistas possuem prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal, para o processo e julgamento de crime comum praticado pelo parlamentar na vigência do mandato, somente se for relacionado com o exercício das funções congressuais e enquanto durar o mandato.
- b) Inexiste foro por prerrogativa de função para ação de improbidade contra parlamentares, em virtude de sua natureza não penal.
- c) O parlamentar que se licenciar para o exercício de outro cargo fora do Parlamento, apesar de não perder o mandato, perderá as imunidades parlamentares.
- d) Perde o mandato o parlamentar que antes do término da legislatura praticar ato declarado incompatível com o decoro parlamentar como, por exemplo, a percepção de vantagens indevidas.
- e) **O texto constitucional prevê votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado Federal ou Senador da República.**

3) Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade é CORRETO afirmar:

- a) O Presidente da República é considerado legitimado especial para propositura de ADI.
- b) **A ADI é considerada como sendo um processo objetivo, no qual as partes são meramente formais e o grande objetivo é a defesa da Constituição.**
- c) A defesa da lei ou ato normativo questionado em sede de ADI será feita pela Procuradoria Geral da República.
- d) A liminar em ADI produzirá efeito ex tunc, salvo em casos de modulação pelo pleno do STF, que poderá atribuir efeitos ex nunc.
- e) Nos processos de ADI o STF não está vinculado ao princípio do pedido ou da congruência, podendo agir de ofício.

04) Luiz Henrique, filho de mãe brasileira e pai francês, nasceu na Inglaterra e não foi registrado em repartição brasileira competente. Para fins da possibilidade de Luiz Henrique adquirir a nacionalidade brasileira é CORRETO afirmar que:

- a) **Luiz Henrique poderá adquirir a nacionalidade brasileira vindo a residir em território brasileiro e optando, após a maioria, pela nacionalidade brasileira.**
- b) Em razão de não ter sido registrado em repartição brasileira competente Luiz Henrique está impedido de adquirir a nacionalidade de brasileiro nato, podendo apenas adquirir a nacionalidade de brasileiro naturalizado.
- c) Luiz Henrique poderá vir a ser brasileiro nato desde venha residir no Brasil e opte, após a maioria pela nacionalidade brasileira, devendo renunciar as outras nacionalidades originárias que possui.

ESMESC

d) Luiz Henrique poderá adquirir a nacionalidade de brasileiro nato, desde que faça o registro na repartição brasileira competente após a maioridade.

E) Luiz Henrique poderá adquirir a nacionalidade brasileira fazendo seu registro em cartório de registro civil de Brasília (capital federal) após a maioridade.

5. Acerca do processo legislativo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O desrespeito às normas de processo legislativo constitucionalmente previstas acarretará a inconstitucionalidade formal da lei ou ato normativo produzido, possibilitando controle repressivo de constitucionalidade por parte do Poder Judiciário, tanto pelo método difuso quanto pelo método concentrado.

b) Recepção consiste no acolhimento que uma nova constituição posta em vigor dá às leis e atos normativos editados sob a égide da Carta anterior, desde que compatíveis consigo.

c) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos cidadãos, terão início na Câmara dos Deputados.

d) A regra de iniciativa privativa do Poder Executivo para os projetos de lei referentes à matéria orçamentária é obrigatória para os Estados e Municípios.

e) **A sanção presidencial supre o vício de iniciativa na apresentação do projeto de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo que tenha sido apresentado por um parlamentar, discutido e aprovado pelo Congresso Nacional.**

06) Conforme o teor da súmula vinculante n. 10 é CORRETO afirmar que:

a) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, e não afasta sua incidência.

b) **Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.**

c) Não viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

d) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão do pleno de Tribunal que declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público e afasta sua incidência em parte.

e) Não viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência em parte.

07) Acerca da jurisprudência do STJ em matéria constitucional e ambiental, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

b) As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

c) **Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer, não sendo possível cumular com a obrigação de indenizar.**

d) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

e) Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

08) Sobre os direitos fundamentais é CORRETO afirmar que:

a) Conforme a previsão constitucional, o direito de liberdade de expressão é considerado um direito absoluto.

ESMESC

- b) A liberdade profissional permite que a lei infraconstitucional venha regular as qualificações profissionais para o exercício de qualquer ofício ou profissão.
- c) A liberdade religiosa fica condicionada a regra do Estado Laico, vinculado o Estado a respeitar todas as formas de manifestação religiosa, mas permitindo ao poder público interferir em seu conteúdo das religiões.
- d) O direito de liberdade de associação não permite que seja formada uma associação composta por pessoas jurídicas.
- e) **A liberdade de reunião é um elemento para manifestar a liberdade de opinião sobre determinado assunto, devendo ser exercida de forma pacífica, sendo desnecessária a autorização estatal para a realização de reuniões em locais abertos ao público.**

09) Sobre a intervenção federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O decreto de intervenção federal poderá ser editado pelo Presidente da República ou pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) A União poderá intervir nos Estados-Membros e nos municípios.
- c) **O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.**
- d) O Supremo Tribunal Federal não poderá exercer controle de constitucionalidade/legalidade do decreto de intervenção federal.
- e) Em casos de violações aos princípios constitucionais sensíveis só poderá ser editado o decreto interventivo quando autorizado pelo Supremo Tribunal Federal.

10. Acerca do vínculo Federativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O legislador constituinte determinou, através de cláusula pétrea, a impossibilidade de qualquer proposta de emenda constitucional tendente a abolir a Federação.
- b) A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos e possuidores da tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.
- c) **A tentativa de secessão do Estado-membro permitirá a decretação de intervenção federal, medida de supressão definitiva da autonomia de determinado ente federativo e que visa à unidade e preservação da soberania do Estado Federal.**
- d) É vedado às unidades da Federação criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, não sendo permitido o estabelecimento de qualquer preferência seja nas relações entre a União e os Estados e os Municípios, seja no âmbito das relações entre Estados, entre os Municípios e entre Estados e Municípios.
- e) É inadmissível qualquer pretensão de separação de um Estado-membro, do Distrito Federal ou de qualquer Município da Federação, inexistindo em nosso ordenamento jurídico o denominado direito de secessão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. A Administração Pública é estruturada através da Administração Direta e Indireta. A partir disso, é CORRETO afirmar:

- a) A Administração Direta é formada por pessoas jurídicas de direito público cujas atribuições são repartidas entre órgãos públicos com personalidade jurídica própria.
- b) A relação entre Administração Direta e Indireta é baseada na subordinação, uma vez que aquela exerce hierarquia sobre esta.
- c) **As atribuições da Administração Direta podem ser repartidas entre órgãos públicos que se subordinam hierarquicamente à pessoa jurídica de direito público ao qual são vinculados.**

- d) A Administração Indireta é formada exclusivamente por pessoas jurídicas de direito privado e submetidas ao regime jurídico privado.
- e) As entidades que formam a Administração Indireta são formadas através da desconcentração, que consiste no processo de criação de centros especializados de competência sem personalidade jurídica própria.

2. Sobre a desapropriação e suas diversas modalidades apresentadas na doutrina, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A desapropriação direta prevista no artigo 5º XXIV da CRFB se dá por razões de necessidade pública, de utilidade pública ou por interesse social e pressupõe, em regra, o pagamento de justa e prévia indenização em dinheiro.
- b) A desapropriação indireta consiste em verdadeiro esbulho possessório praticado pelo Poder Público, que gera pretensão indenizatória por parte do particular.
- c) A desapropriação confiscatória prevista no artigo 243 da CRFB retrata hipótese de perda da propriedade privada sem direito à indenização.
- d) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural que não cumpra sua função social pressupõe prévia indenização em dinheiro.
- e) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma urbana, garante ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado o pagamento de indenização mediante título da dívida pública.

3. Assinale a alternativa CORRETA sobre o regime jurídico dos servidores públicos:

- a) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- b) A nomeação consiste em forma de provimento de cargo público derivada.
- c) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- d) A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- e) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á apenas de ofício.

4. O artigo 37, § 6º da Constituição Federal prevê que “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. É CORRETO afirmar que:

- a) a responsabilidade civil do Estado e do agente público causador do dano possui natureza subjetiva, admitido o litisconsórcio passivo entre ambos na ação de indenização civil ajuizada pelo particular.
- b) a responsabilidade civil do Estado possui natureza objetiva, ao passo que a do agente público causador do dano é subjetiva, admitido o litisconsórcio passivo entre ambos na ação de indenização civil ajuizada pelo particular.
- c) o Estado responde de forma direta e subjetiva pelos danos que seus agentes causem aos particulares, vedado o litisconsórcio passivo na ação de indenização civil ajuizada pelo particular.
- d) a responsabilidade civil do Estado é direta e objetiva, ao passo que a do agente público causador do dano é subjetiva, vedado o litisconsórcio passivo entre ambos na ação de indenização civil ajuizada pelo particular.
- e) a responsabilidade civil do Estado frente às vítimas usuárias de serviço público possui natureza objetiva, ao passo que, diante de vítimas não usuárias, será subjetiva.

5. Assinale a alternativa CORRETA considerando as disposições da nova lei de licitações e contratos:

- a) São critérios de desempate entre duas ou mais propostas, nessa ordem: disputa final; desenvolvimento de programa de integridade; desenvolvimento de ações de equidade; avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes.
- b) São modalidades de licitação a concorrência; a tomada de preços; o concurso; o leilão; e o diálogo competitivo.
- c) Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos, submetem-se à Lei n. 14.133/21.
- d) É inexigível a licitação para objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- e) É hipótese de dispensa de licitação a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

6. Considerando o atual regramento legal e jurisprudencial acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os agentes políticos, com exceção do presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório e se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
- b) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, configura responsabilização por ato de improbidade administrativa na modalidade culposa.
- c) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.
- e) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo.

7. O regime jurídico de concessão e permissão de prestação de serviços públicos pressupõe a observância das seguintes regras, à EXCEÇÃO de:

- a) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- b) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas em Lei, no edital e no contrato.
- c) É vedada a subconcessão da prestação de serviço público, ainda que houver autorização pelo poder concedente.
- d) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.
- e) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

8. Assinale a alternativa INCORRETA considerando a Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) Considera-se degradação da qualidade ambiental a alteração adversa das características do meio ambiente.
- b) Entende-se por poluidor apenas a pessoa jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- c) O zoneamento ambiental consiste em instrução da Política Nacional do Meio Ambiente.
- d) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- e) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.

9. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os poderes da Administração Pública:

- a) O poder normativo é o poder conferido à Administração Pública de expedir normas gerais, ou seja, atos administrativos gerais e abstratos, com eficácia erga omnes, nos limites da lei.
- b) O poder disciplinar é extensível a sujeitos que tenham um vínculo especial com a Administração, sejam ou não servidores públicos.
- c) Regra geral, o poder de polícia se fundamenta na supremacia geral, estende-se à generalidade dos indivíduos, além de não gerar direito adquirido à indenização por conta das restrições impostas.
- d) A imperatividade é atributo típico do poder de polícia, consistente na possibilidade de o Estado impor de forma unilateral restrições ao particular, independentemente de sua vontade.
- e) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

10. Considerando o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) Ainda que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é vedada a instauração de PAD com base em denúncia anônima.

ESMESC

- c) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade ainda que não houver demonstração de prejuízo à defesa.
- d) É vedada a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, ainda que autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- e) Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, suspendendo-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir pela metade, após decorridos 140 dias desde a suspensão.

DIREITO CIVIL

1. Sobre o local do cumprimento das obrigações, é CORRETO afirmar:

- a) Se o pagamento consistir na tradição de um imóvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no domicílio do credor.
- b) Ainda que o pagamento seja reiteradamente feito em outro local, não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- c) Designados dois ou mais lugares, cabe ao credor escolher entre eles.
- d) Ocorrendo motivo grave para que se não efetue o pagamento no lugar determinado, poderá, sempre o devedor fazê-lo em outro.
- e) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

02. Sobre a cláusula especial de retrovenda, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
- b) Se o comprador se recusar a receber as quantias a que faz jus, o vendedor, para exercer o direito de resgate, as depositará no banco, de forma extrajudicial.
- c) Se a duas ou mais pessoas couber o direito de retrato sobre o mesmo imóvel, e só uma o exercer, poderá o comprador intimar as outras para nele acordarem, prevalecendo o pacto em favor de quem haja efetuado o depósito, contanto que seja parcial.
- d) O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de dois anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.
- e) O direito de retrato, que é incessível e intransmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.

3. João, em viagem com os dois filhos e a esposa, acaba por se envolver em acidente de trânsito na BR 101 e, infelizmente, a família vem a falecer. Em razão dos acontecimentos, não há como saber quem pré-morreu a quem no ocorrido. Nesse caso, é CORRETO afirmar:

- a) A declaração de comoriência permite a transmissão de qualquer direito entre as pessoas comorientes.
- b) O juiz deverá declarar a presunção de comoriência.
- c) Há direitos sucessórios entre os comorientes e o recebimento das indenizações a título de seguro de vida.
- d) O juiz deverá declarar a premoriência de João, por ser o mais velho da família.
- e) A declaração de comoriência possui presunção “jure et de jure”.

4. Mauro, solteiro, engenheiro, capaz, quer construir uma casa no terreno que herdou de sua mãe. De acordo com a disciplina jurídica prevista no Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho.
- b) Em sendo o terreno na zona rural, será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho.

ESMESC

- c) É lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho.
- d) É permitida a execução de qualquer obra ou serviço suscetível de provocar desmoronamento ou deslocação de terra, ou que comprometa a segurança do prédio vizinho, desde que haja autorização da vizinhança.
- e) É proibido a realização de construção capaz de poluir, ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço, ou nascente alheia, a elas preexistentes, salvo autorização administrativa.

5. José e João são irmãos. Paulo, neto de José, e Soraia, neta de João, desejam se casar no próximo mês. De acordo com o Código Civil, o casamento será:

- a) Inexistente.
- b) Nulo.
- c) Anulável.
- d) **Válido.**
- e) Inválido.

6. Maria Helena Diniz ensina que “Legado é a disposição testamentária a título singular pela qual o testador deixa a pessoa estranha ou não à sucessão legítima um ou mais objetos individualizados ou uma certa quantia em dinheiro”. (Código Civil Anotado, São Paulo: Saraiva, 2002, p. 1234). De acordo com o Código Civil, NÃO pode ser objeto de legado:

- a) Prestações de fazer, positivas ou negativas.
- b) Usufruto.
- c) **Direitos personalíssimos.**
- d) Alimentos.
- e) Dívida real.

7. Sílvia casou-se com seu primo Paulo há sete anos, sob o regime legal. Paulo ficou viciado em drogas e agrediu a mulher algumas vezes. Não suportando os maus-tratos, Sílvia abandonou o lar conjugal, levando consigo a filha Mônica, com quatro anos de idade. Isso aconteceu há três anos. Diante do exposto, é CORRETO afirmar:

- a) O casamento entre Sílvia e Paulo é anulável.
- b) O casamento entre Sílvia e Paulo é nulo de pleno direito.
- c) **O casamento entre Sílvia e Paulo é válido, sendo possível o pedido de divórcio por qualquer das partes, com a divisão dos bens à luz do regime da comunhão parcial de bens.**
- d) O casamento entre Sílvia e Paulo é inexistente.
- e) O casamento entre Sílvia e Paulo é válido, sendo possível o pedido de divórcio por qualquer das partes, com a divisão dos bens à luz do regime da separação obrigatória de bens.

8. Marta casou sob o regime da comunhão parcial de bens com Joaquim em 2013 e o casal possui dois filhos, já maiores de idade. Marta recebeu por herança dois imóveis localizados em Florianópolis, SC, quando da morte de seu pai, em 2020. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Marta pode doar um dos imóveis a Joaquim, desde que seus filhos concordem.
- b) Marta não pode doar bens a Joaquim tendo em vista o regime de bens escolhido pelo casal.
- c) **Marta pode livremente doar bens a Joaquim, desde que não ultrapasse sua parte disponível.**
- d) Marta pode doar todos os seus bens a Joaquim.
- e) Marta não pode doar bens a Joaquim em nenhuma hipótese.

9. Sobre o direito ao nome, é CORRETO afirmar:

- a) **A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial.**

ESMESC

- b) Os conviventes em união estável devidamente registrada no registro civil de pessoas naturais poderão requerer a inclusão de sobrenome de seu companheiro, desde que no ato de constituição da união.
- c) O enteado ou a enteada, se houver motivo justificável, poderá requerer ao Juiz que, nos registros de nascimento e de casamento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância dos genitores.
- d) É possível utilizar nome alheio em propaganda comercial sempre que o Ministério Público autorizar.
- e) O pseudônimo goza da proteção que se dá ao nome em qualquer atividade.

10. Assinale alternativa CORRETA:

- a) O negócio jurídico celebrado com reserva mental de um dos contratantes, com ou sem conhecimento do outro, deve ser considerado nulo.
- b) De acordo com o entendimento do STJ, a cessação do pensionamento deve ocorrer no momento em que a vítima do evento danoso atingiria idade correspondente à expectativa média de vida do brasileiro prevista no momento de seu óbito.
- c) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- d) A boa-fé objetiva, apesar de desempenhar importante papel de paradigma interpretativo do negócio jurídico, não é fonte de obrigação.
- e) Os negócios jurídicos que estabeleçam benefício devem ter interpretação ampla.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Fulano propõe um pedido de tutela antecipada em caráter antecedente contra o plano de saúde Solamed. O juízo concede a tutela antecipada e determina que a Requerida custeie uma determinada cirurgia. A Requerida não interpõe agravo de instrumento, e a tutela antecipada se estabiliza nos termos do Código de Processo Civil. Considerando esse enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Após dois anos da ciência da sentença, se ainda não tiver ocorrido o prazo prescricional, a Requerida poderá propor ação de conhecimento para cobrar os custos dessa cirurgia, pois a tutela antecipada não fará coisa julgada.
- b) Após o prazo de dois anos a contar da concessão da tutela antecipada, esta não poderá mais ser modificada no processo, nem mesmo por ação própria.
- c) A tutela antecipada estável somente pode ser revista ou revogada por ação rescisória.
- d) Após a estabilização da tutela antecipada, o magistrado profere sentença, a confirmando e resolvendo o mérito em caráter definitivo.
- e) Após dois anos da ciência da sentença, se ainda não tiver ocorrido o prazo prescricional, a Requerida não poderá mais propor ação de conhecimento para cobrar os custos dessa cirurgia.

2) Fulano viu esgotar um prazo processual para o qual não fora regularmente intimado. Trata-se do prazo para apresentação do rol de testemunhas, previsto em decisão saneadora. A intimação foi publicada em nome de advogado que já tivera a sua procuração revogada anteriormente nos autos do processo. O magistrado, no prosseguimento do feito, reconheceu a preclusão do ato relativo ao prazo. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano deverá peticionar praticando o ato precluso e, em preliminar desta petição, requerer o reconhecimento da nulidade de intimação.
- b) Fulano deverá peticionar requerendo o reconhecimento da nulidade de intimação e a reabertura do prazo para a prática do ato.
- c) Fulano deverá peticionar praticando o ato precluso, e o reconhecimento da nulidade de intimação deverá ser requerido em preliminar de apelação.
- d) Fulano deverá interpor agravo de instrumento para postular o reconhecimento da nulidade de intimação e, após o provimento pelo tribunal, praticar o ato precluso junto ao juízo de primeiro grau.
- e) como se trata de prazo peremptório, a preclusão torna-se perfeita, não podendo mais Fulano praticar o ato processual.

ESMESC

3) Fulano é sublocatário de um imóvel residencial urbano. O locador não tem ciência da sublocação e nunca a autorizou, e propõe ação de despejo por falta de pagamento contra o locatário. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano poderá intervir no processo como assistente simples.
- b) Fulano poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.
- c) Fulano poderá intervir no processo por meio de chamamento ao processo.
- d) Fulano poderá intervir no processo por meio de denúncia da lide.
- e) Fulano somente poderá intervir no processo como *amicus curiae*.

4) Em uma execução proposta contra devedor incapaz, o imóvel avaliado em R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) foi levado a leilão. Aberto o pregão eletrônico, o maior lance foi de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz confiará o imóvel à guarda e à administração de depositário idôneo, adiando a alienação por prazo não superior a 1 (um) ano.
- b) A arrematação deverá ser considerada válida, por não se tratar de preço vil.
- c) O valor do lance somente poderá ser rejeitado se o magistrado, em decisão própria e antes do leilão, definir o valor mínimo para a arrematação.
- d) O juiz confiará o imóvel à guarda e à administração do exequente, que poderá aluga-lo até a realização de outro leilão.
- e) É ilícita a arrematação de imóvel de incapaz em leilão judicial.

5) Ao despachar a inicial em uma ação de resolução de contrato por inadimplemento, o juízo concede a tutela antecipada e determina ao requerido que entregue ao requerente o veículo descrito na inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R\$200,00 (duzentos reais). Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Passados os 15 (quinze) dias, se o requerido não entregar o veículo e nem depositar o valor da multa, o requerente poderá propor o cumprimento provisório do valor da multa, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
- b) Passados os 15 (quinze) dias, se o requerido não entregar o veículo e nem depositar o valor da multa, o requerente poderá propor o cumprimento provisório do valor da multa, desde que preste caução suficiente e idônea para o caso de sentença final desfavorável à parte.
- c) Por se tratar de *astreintes* fixadas em tutela provisória, o seu cumprimento somente poderá ser instaurado após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
- d) Por se tratar de *astreintes* fixadas em tutela provisória, o seu cumprimento somente poderá ser instaurado após a publicação da sentença favorável à parte.
- e) O cumprimento das *astreintes* deve ser realizado, necessariamente, com o cumprimento da obrigação principal prevista na sentença.

6) Fulano propõe ação monitória contra Beltrano. Trata-se de um cheque prescrito, emitido por Beltrano, de cuja conta corrente é titular em conjunto com a sua mãe Avantasya, já que Beltrano conta com 17 anos. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juízo deverá indeferir a petição inicial, por ausência de pressuposto processual.
- b) A inicial deverá ser deferida, e Beltrano terá 15 dias para pagar ou apresentar embargos, sob pena de conversão da monitória em execução.
- c) O juízo deverá determinar a citação de Avantasya, por se tratar de litisconsórcio passivo necessário.
- d) O juízo deverá determinar a intimação de Avantasya, por se tratar de hipótese de intervenção de terceiro.
- e) Deferida a inicial, Beltrano não terá alternativa senão pagar a dívida prevista no documento.

7) Fulano adquire um veículo em 10 de maio de 2022. Por falta de dinheiro, não providencia a transferência da propriedade do bem para o seu nome. Ao consultar os dados do veículo junto ao site do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), descobre que o bem foi penhorado em 12 de dezembro de 2022, por uma dívida do vendedor. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano deverá opor embargos de terceiro, comprovando a compra anterior à penhora, mas, mesmo procedente o seu pedido, deverá arcar com os ônus da sucumbência no processo.

- b) Fulano deverá opor embargos de terceiro, comprovando a compra anterior à penhora e, se procedente o seu pedido, terá direito a receber as verbas sucumbenciais.
- c) Fulano deverá propor ação de evicção, caso queira desconstituir a penhora.
- d) Fulano deverá propor ação de adjudicação, caso queira transferir o veículo para a sua propriedade, mesmo ante a existência de penhora.
- e) processualmente, não há o que Fulano possa fazer para desconstituir essa penhora.

8) Fulano é possuidor de um imóvel localizado na Praia do Rosa, no Município de Imbituba (SC). O imóvel, sem registro de matrícula, mede 10 (dez) mil metros quadrados. Fulano doa o imóvel aos seus quatro filhos, cedendo-lhe a posse definitiva de forma *pro indiviso*. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caso queiram formalizar o registro dos lotes individuais de cada um, e não exista consenso em relação a isso, os filhos de Fulano deverão propor ação de usucapião de bem imóvel.
- b) Caso queiram formalizar os lotes individuais de cada um, e não exista consenso em relação a isso, os filhos de Fulano deverão propor ação de divisão.
- c) Caso queiram formalizar os lotes individuais de cada um, e não exista consenso em relação a isso, os filhos de Fulano deverão propor ação de demarcação.
- d) Caso queiram formalizar os lotes individuais de cada um, e não exista consenso em relação a isso, os filhos de Fulano deverão propor ação de divisão cumulada com demarcação.
- e) Caso queiram formalizar os lotes individuais de cada um, e não exista consenso em relação a isso, os filhos de Fulano deverão propor ação de manutenção de posse.

9) Sobre o incidente de assunção de competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A decisão do relator do recurso que o afeta e remete ao órgão especial para a instauração do incidente é irrecurável.
- b) A decisão do relator do recurso que o afeta e remete ao órgão especial para a instauração do incidente é recorrível por agravo interno.
- c) Para a validade da decisão que propõe o incidente depende da preexistência de multiplicidade de recursos sobre a mesma matéria no tribunal.
- d) O acórdão que julgar o incidente não estará vinculado ao recurso utilizado para a sua instauração.
- e) O incidente deverá ser julgado pelo órgão plenário do tribunal.

10) Sobre o recurso de apelação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Terá, de regra, efeito suspensivo, exceto nos casos em que a sentença recorrida homologa divisão ou demarcação de terras; condena a pagar alimentos; extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; confirma, concede ou revoga tutela provisória; decreta a interdição.
- b) Será negada a admissibilidade pelo juízo de primeiro grau caso seja intempestiva.
- c) Deverá ter o pedido de efeito suspensivo analisado pelo juízo de primeiro grau.
- d) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, por força da preclusão consumativa.
- e) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal deverá remeter os autos de volta ao juízo de primeiro grau para que complemente a instrução do feito e profira nova sentença.

DIREITO PENAL

1. O Direito Penal brasileiro acolheu um sistema dicotômico, ao fracionar o gênero “infração penal” em duas espécies: crime ou delito e contravenção penal. A respeito dessas duas espécies de infração penal, identifique a assertiva CORRETA:

ESMESC

- a) Na contravenção penal, o agente é punido com pena de reclusão ou de detenção, isolada, alternativa ou cumulativamente com a pena de multa. Já, no caso dos crimes, a pena é de prisão simples ou multa, isolada, alternativa ou cumulativamente.
- b) **No crime, o agente é punido com pena de reclusão ou de detenção, isolada, alternativa ou cumulativamente com a pena de multa. Já, no caso das contravenções, a pena é de prisão simples ou multa, isolada, alternativa ou cumulativamente.**
- c) Tanto nos crimes quanto nas contravenções penais, o agente é punido com pena de reclusão ou de detenção, isolada, alternativa ou cumulativamente com a pena de multa.
- d) Tanto nos crimes quanto nas contravenções penais, a pena é de prisão simples ou multa, isolada, alternativa ou cumulativamente.
- e) Não há infrações penais punidas isoladamente com pena de multa no sistema jurídico penal brasileiro.

2. No que se refere ao tempo do crime, o Código Penal Brasileiro adota:

- a) **A teoria da atividade, pela qual considera-se praticado o delito no momento da conduta, ainda que distinto o momento do resultado.**
- b) A teoria do resultado, pela qual considera-se praticado o delito no momento da ocorrência do resultado.
- c) A teoria da ubiquidade, pela qual considera-se cometido o delito tanto no momento da conduta como no do resultado, dependendo do que for mais benéfico ao autor do fato.
- d) A teoria do resultado, pela qual considera-se cometido o crime no momento da ação típica.
- e) A teoria da atividade, pela qual considera-se praticado o delito no momento da conduta, mas desde que o momento consumativo seja equivalente ao momento da ação.

3. No conflito aparente de normas uma só ação pode, em tese, configurar mais de um delito. Entretanto, só uma norma é aplicável, em detrimento das demais mediante a utilização de princípios lógicos e de valoração jurídica do fato. Conforme a doutrina majoritária, quatro os princípios que regem o conflito aparente de normas:

- a) Especialidade, legalidade e irretroatividade e consunção.
- b) Especialidade, subsidiariedade e irretroatividade e consunção.
- c) Especialidade, legalidade e consunção e alternatividade.
- d) Especialidade, subsidiariedade, legalidade e consunção.
- e) **Especialidade, subsidiariedade, alternatividade e consunção.**

4. Pretendendo matá-lo, Daniel coloca veneno no café de Carlos. Sem saber do envenenamento, Carlos ingere o café. Logo em seguida, Daniel, arrependido, prescreve o antídoto a Carlos, que sobrevive, sem qualquer sequela. Diante disso, é CORRETO afirmar que se trata de hipótese de:

- a) Tentativa, pois, após iniciada a execução, o crime não se consumou por força de circunstâncias alheias à vontade de Daniel.
- b) Desistência voluntária, pois Daniel não dá prosseguimento à execução da infração penal por sua própria vontade.
- c) Arrependimento posterior, pois Daniel reparou o dano até o recebimento da denúncia.
- d) **Arrependimento eficaz, pois Daniel, após ter esgotado todos os meios de que dispunha, necessários e suficientes para a obtenção do resultado, se arrependeu e evitou a morte de Carlos.**
- e) Crime impossível, pois Daniel empregou um meio absolutamente ineficaz que torna impossível a consumação do crime.

5. Aquele que, querendo contribuir com o homicídio alheio, empresta instrumento letal que não vem a ser utilizado na execução do fato e não influi psicologicamente na conduta do agente:

- a) Não responde pelo delito, dada a ausência imputabilidade penal.
- b) Não responde pelo delito, dada a ausência potencial consciência da ilicitude do fato.
- c) **Não responde pelo delito, dada a ausência de colaboração material ou concorrência causal para o resultado produzido.**
- d) Responde pelo delito, mas com pena reduzida.
- e) Responde pelo delito, dada a colaboração material para o resultado produzido.

6. Caracterizado o concurso material de infrações:

- a) Aplica-se a pena cominada para um dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de dois terços.
- b) Aplica-se a pena mais grave ou, se idênticas, uma delas, aumentada, em qualquer caso, de metade.
- c) **Aplicam-se, cumulativamente, as penas privativas de liberdade.**
- d) Aplica-se a pena cominada para um dos crimes, aumentada de um terço.
- e) Caso lesem o mesmo bem jurídico, aplica-se a pena cominada para apenas um dos crimes.

7. Em Direito Penal, inicia-se a contagem do prazo prescricional:

- a) **Para os crimes instantâneos consumados, no dia em que se consumir a infração penal.**
- b) Para os crimes instantâneos tentados, no dia em que iniciar a atividade criminosa.
- c) Para os crimes permanentes, no dia em que se consumir a infração penal.
- d) Para os crimes culposos, no dia em que iniciar a atividade imprudente.
- e) Para os crimes instantâneos consumados, no dia em que foi praticada a ação, em conformidade com regramento previsto expressamente no Código Penal brasileiro.

8. No dia 15 de março de 2023, um indivíduo negro, síndico do edifício onde mora, ao flagrar um morador na piscina do bloco em atitude que afronta a norma regimental proibitiva do condomínio, chamou a sua atenção dizendo: “você não pode fazer isso!”. Enfurecido, o morador retrucou a admoestação, proferindo ofensas relativas à raça e à cor do síndico, com a seguinte frase: “Negro safado, volte para a África, onde é o seu lugar!”. A ofensa foi proferida em voz alta, na presença de vários condôminos que usufruíam da área de lazer. Nessa situação, a conduta do morador configura hipótese de:

- a) Injúria qualificada por conotação racial, a qual se processa mediante ação penal privada.
- b) Injúria qualificada por conotação racial, a qual se processa mediante ação penal pública.
- c) Crime de difamação.
- d) Crime de calúnia.
- e) **Crime de racismo.**

9. Com relação aos crimes de racismo (Lei 7.716/89), identifique a assertiva CORRETA:

- a) Por disposição constitucional, a prática do racismo constitui crime afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- b) Por disposição constitucional, a prática do racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, sujeito à pena de reclusão.
- c) Por disposição constitucional, a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
- d) **Todos os crimes da Lei 7.716/89 (racismo) são dolosos, imprescritíveis, inafiançáveis e punidos com reclusão.**
- e) Nos crimes de racismo, a autoridade policial poderá conceder a fiança quando a pena privativa de liberdade for igual ou inferior a quatro anos. Caberá ao juiz a concessão da fiança nos demais casos.

10. Com relação aos crimes de Lavagem de Capitais (Lei 9.613/98), identifique a assertiva CORRETA:

- a) Os crimes de Lavagem de Capitais podem ser dolosos ou culposos. A culpa consciente pode ser averiguada a partir da “teoria da cegueira deliberada”, quando o agente, visando obter determinada vantagem, finge não perceber determinada situação de ilicitude.
- b) Compete sempre à Justiça Federal processar e julgar os acusados da prática de crimes de lavagem de dinheiro, uma vez que a repressão a esses crimes é imposta por tratado internacional.
- c) Afigura-se ausência de justa causa quando a denúncia oferecida pelo crime de lavagem de capitais indicar que tenha ocorrido a prescrição da infração penal antecedente.
- d) **Os crimes de lavagem de capitais são delitos acessórios, na medida em que dependem da ocorrência de uma infração penal principal e antecedente, notadamente, a partir da qual fora gerado o ativo.**
- e) Conforme expressamente previsto na Lei de Lavagem de Capitais, o processo e o julgamento do delito de lavagem ficam suspensos até que os autores/partícipes da infração penal antecedente seja julgada definitivamente.

1. A recusa do acusado em se manifestar quando de seu interrogatório judicial pode ser recebida pelo juiz como prova capaz de gerar o reconhecimento do crime a ele imputado ou:

- a) o direito ao silêncio só é admitido na fase policial.
- b) o direito ao silêncio é prerrogativa constitucional e jamais poderá ser utilizado contra o réu.**
- c) o juiz deve consignar as perguntas a ele destinadas, aplicando-lhe a pena de confissão tácita.
- d) o réu pode se calar diante do juiz, fato que será utilizado contra ele.
- e) o réu não poderá utilizar o direito ao silêncio parcial.

2. A ação civil ex delicto tem por finalidade a satisfação do dano emergente do crime. Pode-se ainda dizer que:

- I - não impede a propositura da ação civil ex delicto, a sentença penal absolutória que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade quando o prejudicado não for o culpado pelo perigo;**
- II - impede a propositura da ação civil ex delicto a decisão que julgar extinta a punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva do Estado;**
- III - não impede a propositura da ação civil para ressarcimento do dano, a sentença penal absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime;**
- IV - somente poderá ser proposta a ação civil ex delicto para o efeito de ressarcimento do dano após transitar em julgado a sentença penal;**
- V - poderá ser proposta no juízo cível a ação para ressarcimento do dano contra o autor do crime e, se for o caso, contra o responsável civil.**

- (a) II, III e IV estão corretas
- (b) I, II e V estão corretas
- (c) III, IV e V estão corretas
- (d) I, III e V estão corretas.**
- (e) apenas a II está correta.

3. São casos de competência absoluta:

- a) Ratio materiae e ratio loci.
- b) Ratio materiae e ratio personae.**
- c) Ratio personae e ratio loci.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

4. De acordo com o disposto na Lei nº 9.099/1995, que regula o procedimento dos Juizados Especiais Criminais, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a:

- a) Um ano, desde que não cumulada com multa.
- b) Um ano, cumulada ou não com multa.
- c) Dois anos, desde que não cumulada com multa.
- d) Dois anos, cumulada ou não com multa.**
- e) Três anos, cumulada ou não com multa.

5. Mévio foi denunciado pela prática do delito descrito no artigo 317 do Código Penal. A peça inaugural foi recebida pelo Juiz Titular da Vara Única da Comarca X, que presidiu a Audiência de Instrução e Julgamento. Encerrada a instrução do feito, o processo foi concluso ao juiz substituto, que proferiu sentença condenatória, tendo em vista que o juiz titular havia sido promovido e estava, nesse momento, na 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital. De acordo com a Lei Processual Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz.
- b) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa.

c) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz diante das peculiaridades narradas no enunciado.

d) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

6. No processo penal:

a. não é nula a citação por edital que indica tão somente o dispositivo da lei penal, sem a transcrição da denúncia ou queixa, ou o resumo dos fatos em que se baseia.

b. é absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

c. a intimação do defensor constituído e do advogado do querelante far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, sendo desnecessária a inclusão do nome do acusado.

d. a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado não será pessoal.

e. as citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.

7. Em relação aos recursos, é CORRETO afirmar que:

a. caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

b. o apelante não poderá arrazoar a apelação em segunda instância.

c. caberá recurso em sentido estrito da decisão de impronúncia.

d. é dispensável a preliminar de repercussão geral no recurso extraordinário que verse sobre matéria penal.

e. o prazo para interposição do recurso de apelação é de 5 (cinco) dias.

8. Se o juiz recusar homologar a proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), cabe interposição de:

a. apelação.

b. agravo.

c. recurso em sentido estrito.

d. carta testemunhável.

e. nenhuma das opções anteriores

9. No rito comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente (art. 397, Código de Processo Penal) quando:

A) a denúncia assinada por promotor incompetente.

B) não existirem suficientes indícios de autoria ou prova da materialidade do fato.

C) o Ministério Público for parte ilegítima para o exercício da ação penal.

D) houver dúvida sobre a sua inimputabilidade.

E) o autor da infração penal agiu manifestamente no exercício regular de um direito.

10. Referente às medidas assecuratórias, analise as assertivas abaixo.

I - Sequestro é a retenção da coisa, para que se disponha do bem e a decisão que o decreta é recorrível.

II - De forma diversa da hipoteca legal, o sequestro recai sobre bens que compõem o patrimônio ilícito do autor da infração ou de terceiros.

III - O levantamento do sequestro ocorre se a ação penal não for ajuizada no prazo de 80 (oitenta) dias, a contar da data em que for concluída a diligência.

IV - A especialização da hipoteca pode ser requerida pelo ofendido, seu representante legal ou herdeiros, bem como pelo Ministério Público.

Estão CORRETAS as assertivas :

A) I e IV, apenas.

B) I, II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I e III, apenas.

E) II, III e IV, apenas.

2ª ETAPA

DIREITO

ESMESC

1) João Marciano possui 4 filhos menores em comum com Joana Darque, sendo a guarda da prole exclusiva da mãe desde o divórcio do então casal. O Juízo competente fixou, em sentença já transitada em julgado, o valor de R\$ 2.000,00 a título de alimentos mensais devidos aos filhos de João e Joana (500 reais para cada), verba que o alimentante vem pagando regularmente. João, agora, constituiu nova família, estando a sua atual companheira, Márcia Antígora, grávida de 7 meses de trigêmeos, condição de alto risco e que tem exigido gastos vultosos por parte de João e Márcia para o melhor desenvolvimento dessa gravidez, bem como para a segurança da gestante e dos nascituros. Assentadas essas premissas fáticas, responda:

a) A constituição de nova família e o nascimento de novos filhos interfere, só por si, na avaliação do binômio necessidade/possibilidade?

Caminho da resposta:

Não, a constituição de nova família e/ou o nascimento de novos filhos por si só não constituem motivos para reavaliação do binômio necessidade/possibilidade, previsto no art. 1.694, parágrafo primeiro, do CC. Há necessidade de ficar demonstrado que o alimentante efetivamente teve reduzida a capacidade financeira e que, por força disso, há também necessidade de readequação dos alimentos devidos à prole.

Nesse sentido está a jurisprudência do STJ:

“(…) A constituição de nova família ou o nascimento de novos filhos não afasta a necessidade de demonstração da alteração do binômio necessidade do alimentando em face da possibilidade do alimentante para revisão do valor dos alimentos fixado para a prole de relacionamentos anteriores. Precedentes (...)” (AgInt no AREsp n. 1.814.860/DF, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 11/10/2021, DJe de 17/11/2021.)

b) Na situação narrada, de quem é o ônus probatório se o alimentante pretendesse a redução dos alimentos e o que deveria restar demonstrado (provado)?

Caminho da resposta:

Nos termos do art. 1.699 do CC e art. 373, I, do CPC, o ônus da prova, no caso apontado, é do alimentante, a quem cabe provar que a constituição de nova família e a gravidez da atual companheira trouxeram gastos outros que, aliados à inexistência de aumento dos rendimentos do provedor/genitor, há também a necessidade de revisar os alimentos já fixados à prole como forma de preservar a real correspondência do binômio necessidade/possibilidade.

c) No caso em tela, o trânsito em julgado da decisão que fixou alimentos em favor da prole anterior é óbice à revisão do seu valor? Por quê?

Caminho da resposta:

Não. Isso porque o art. 15 da Lei de Alimentos e o art. 1.699 do CC garantem a possibilidade da revisão do montante pago a título de alimentos, de forma a assegurar a manutenção do binômio necessidade/possibilidade. Segundo a doutrina, como se trata de obrigação que se alonga no tempo, sempre que ocorrer desequilíbrio desse binômio é possível buscar a readequação. Trata-se da consagração da cláusula *rebus sic stantibus*: a imposição de que o valor dos alimentos deve observar as condições concretas em que se verifica o binômio alimentar.

ESMESC

DIREITO

2. Numa sexta-feira à tarde, animado com a chegada do fim de semana, Guilherme dirigiu-se ao Supermercado Bônus, onde realizou a compra de 1 lata de achocolatado em pó, fazendo o devido pagamento no caixa. Ocorre que, sorrateiramente, enquanto circulava pelo interior do estabelecimento, Guilherme inseriu, em sua mochila, 1 garrafa de vodka importada, 6 latas de bebida energética e 3 barras de chocolate suíço, não apresentando os produtos para pagamento. Ao tentar sair do estabelecimento, foi abordado pelo segurança que controlava a porta, o qual solicitou a abertura da mochila. Verificada a presença dos produtos, foi acionada a polícia e Guilherme foi preso em flagrante pelo crime de furto tentado.

No depoimento em delegacia, o segurança que abordou Guilherme relatou que fora informado, por seu colega da sala de monitoramento eletrônico do supermercado, que Guilherme estaria inserindo produtos em sua mochila. Assim, discorreu que ficou atento à movimentação de Guilherme, para o caso de sua tentativa de evasão sem o devido pagamento no caixa.

Posteriormente, Guilherme foi denunciado pela prática do crime de furto tentado e, em sua resposta à acusação, alegou que deveria ser absolvido, porque se tratava de crime impossível.

Com base no caso acima, responda justificadamente (em até 200 palavras, no todo):

(a) Qual o conceito de crime impossível e quais os requisitos para sua configuração?

(b) Houve configuração de crime impossível na conduta praticada por Guilherme, de acordo com a jurisprudência majoritária?

ESMESC

Espelho de Resposta

(a)	Conforme dispõe o artigo 17 do Código Penal, “não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime”. Portanto, crime impossível pode ser entendido como a tentativa realizada com meios absolutamente inidôneos ou dirigidos a um objeto inidôneo. Para sua configuração, é necessário que, no caso concreto, esteja ausente a potencialidade lesiva que se verifica tanto no crime tentado como no crime consumado.	2,0
	Não se configurou o crime impossível.	1,0
(b)	Justificativas: O Enunciado n. 567 da Súmula do STJ preceitua que “sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto”. Isso porque, nos termos do que decidido pelo STJ no recurso repetitivo REsp 1385621/MG, “embora os sistemas eletrônicos de vigilância e de segurança tenham por objetivo a evitação de furtos, sua eficiência apenas minimiza as perdas dos comerciantes, visto que não impedem, de modo absoluto, a ocorrência de subtrações no interior de estabelecimentos comerciais. Assim, não se pode afirmar, em um juízo normativo de perigo potencial, que o equipamento funcionará normalmente, que haverá vigilante a observar todas as câmeras durante todo o tempo, que as devidas providências de abordagem do agente serão adotadas após a constatação do ilícito, etc.” e “conquanto se possa crer, sob a perspectiva do que normalmente acontece em situações tais, que na maior parte dos casos não logrará o agente consumar a subtração de produtos subtraídos do interior do estabelecimento comercial provido de mecanismos de vigilância e de segurança, sempre haverá o risco de que tais providências, por qualquer motivo, não frustrem a ação delitiva”.	1,5
	Uso adequado do vernáculo.	0,5
TOTAL		5,0

Caminho da resposta/Fundamentos da questão

Código Penal, artigo 17:

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

(Súmula n. 567, Terceira Seção, julgado em 24/2/2016, DJe de 29/2/2016.)

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RITO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. DIREITO PENAL. FURTO NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. EXISTÊNCIA DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA. CRIME IMPOSSÍVEL. INCAPACIDADE RELATIVA DO MEIO EMPREGADO. TENTATIVA IDÔNEA. RECURSO PROVIDO.

1. Recurso Especial processado sob o rito previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ.

TESE: A existência de sistema de segurança ou de vigilância eletrônica não torna impossível, por si só, o crime de furto cometido no interior de estabelecimento comercial.

2. Embora os sistemas eletrônicos de vigilância e de segurança tenham por objetivo a evitação de furtos, sua eficiência apenas minimiza as perdas dos comerciantes, visto que não impedem, de modo absoluto, a ocorrência de subtrações no interior de estabelecimentos comerciais. Assim, não se pode afirmar, em um juízo normativo de perigo potencial, que o equipamento funcionará normalmente, que haverá vigilante a observar todas as câmeras durante todo o tempo, que as devidas providências de abordagem do agente serão adotadas após a constatação do ilícito, etc.

3. Conquanto se possa crer, sob a perspectiva do que normalmente acontece em situações tais, que na maior parte dos casos não logrará o agente consumir a subtração de produtos subtraídos do interior do estabelecimento comercial provido de mecanismos de vigilância e de segurança, sempre haverá o risco de que tais providências, por qualquer motivo, não frustrem a ação delitiva.

4. Somente se configura a hipótese de delito impossível quando, na dicção do art. 17 do Código Penal, "por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime."

5. Na espécie, embora remota a possibilidade de consumação do furto iniciado pelas recorridas no interior do mercado, o meio empregado por elas não era absolutamente inidôneo para o fim colimado previamente, não sendo absurdo supor que, a despeito do monitoramento da ação delitiva, as recorridas, ou uma delas, lograssem, por exemplo, fugir, ou mesmo, na perseguição, inutilizar ou perder alguns dos bens furtados, hipóteses em que se teria por aperfeiçoado o crime de furto.

6. Recurso especial representativo de controvérsia provido para: a) reconhecer que é relativa a inidoneidade da tentativa de furto em estabelecimento comercial dotado de segurança e de vigilância eletrônica e, por consequência, afastar a alegada hipótese de crime impossível; b) julgar contrariados, pelo acórdão impugnado, os arts.

14, II, e 17, ambos do Código Penal; c) determinar que o Tribunal de Justiça estadual prossiga no julgamento de mérito da apelação.

(REsp n. 1.385.621/MG, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 27/5/2015, DJe de 2/6/2015.)